



PAGAMENTOS VOLUMOSOS

Transações de R\$ 50 milhões entre Log Lab e Prefeitura de Cuiabá são alvo de investigação da PF

Foto Divulgação

A Polícia Federal apura contratos e movimentações financeiras suspeitas envolvendo a empresa Log Lab Inteligência Digital Ltda

A Polícia Federal está investigando contratos e movimentações financeiras suspeitas entre a empresa Log Lab Inteligência Digital Ltda. e a Prefeitura de Cuiabá, com foco na Secretaria Municipal de Saúde. O inquérito aponta para pagamentos volumosos à empresa, transferências atípicas para pessoas físicas ligadas a servidores municipais e a possibilidade de pagamentos por serviços não prestados. As apurações já resultaram em ações de busca e apreensão e fazem parte de operações federais que investigam possíveis desvios de recursos e lavagem de dinheiro.



O empresário Fernando Fernandes dono da empresa Log Lab é investigado pela Polícia Federal

04



Após cumprir pena, João Arcanjo volta ao centro de controvérsias e questiona rigor da Justiça

04

CONFLITO AMBIENTAL

Virginia Mendes se consolida como referência social em MT e desponta com potencial político para 2026

05

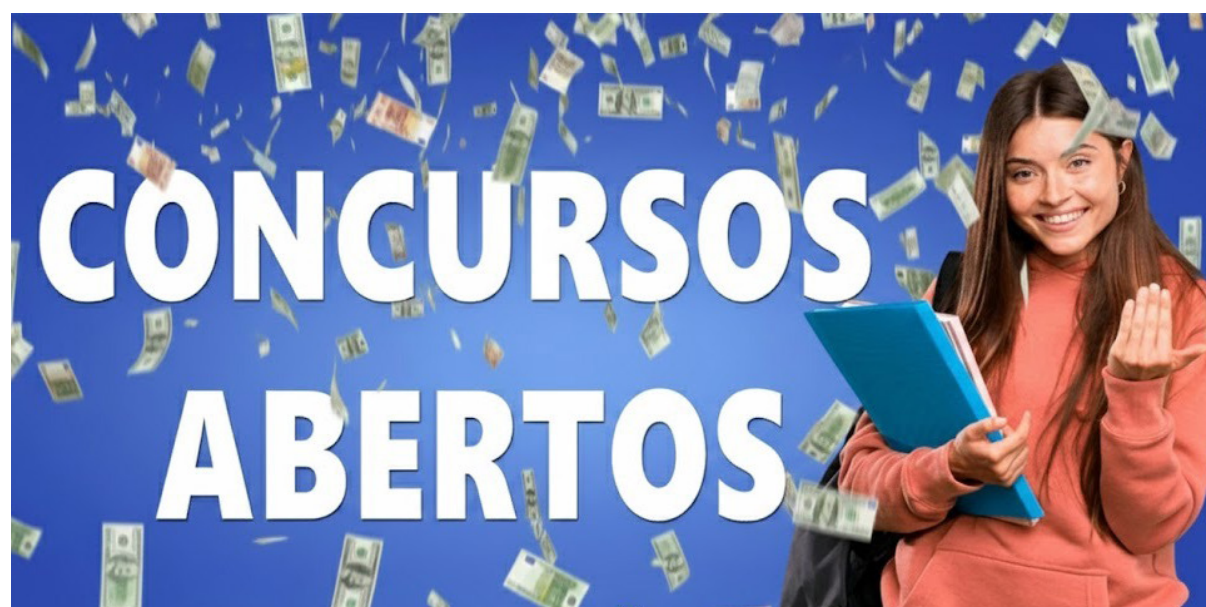


Primeira-dama de MT se destaca por ações sociais e já é apontada como possível candidata à Câmara em 2026, com forte apoio popular e político

CONCURSOS PÚBLICOS

Milhares de aprovados ficam sem assumir cargos enquanto bancas lucram milhões

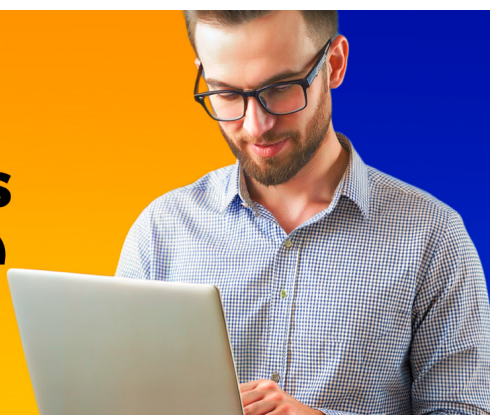
A distância entre aprovação e posse expõe falhas estruturais nos concursos e a necessidade de maior transparência



Lucros milionários das bancas contrastam com candidatos habilitados que permanecem sem assumir cargos públicos

07

UM MILHÃO/MÊS DE ACESSOS

CENTRO OESTE
Popular 26 ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

FELIPE IGLESIAS - ADVOGADO

Efeito Cotribá: decisão inédita ameaça ou protege o agronegócio em Mato Grosso?

A decisão inédita que concedeu à cooperativa gaúcha Cotribá uma proteção judicial semelhante à recuperação judicial (RJ), mesmo sem previsão legal expressa, tornou-se um dos episódios mais controversos do direito empresarial recente. E seus efeitos podem ir muito além das fronteiras do Rio Grande do Sul.

Em estados com forte presença do agronegócio, como Mato Grosso, o episódio acende um alerta: se um tribunal abriu a porteira para uma solução jurídica inédita, outros estados podem sentir-se estimulados a testar caminhos semelhantes.

Mato Grosso abriga algumas das maiores cooperativas, tradings e empresas do país. Seu ciclo econômico depende intensamente de crédito rural, armazenagem complexa, logística cara e cadeias produtivas altamente interligadas. Nesse ambiente, decisões que flexibilizam mecanismos de proteção financeira são observadas de perto, e podem rapidamente se transformar em estratégia.

Segundo levantamento da Serasa Experian, a inadimplência no agronegócio alcançou 8,1% no terceiro trimestre de 2025, o maior índice desde o início da série histórica, em 2022. Em muitos casos, as dívidas já ultrapassam 180 dias de atraso.

O cenário reforça o estresse financeiro vivido pelo setor e ajuda a explicar por que precedentes como o da Cotribá repercutem tão fortemente no país.

Para justificar sua decisão, em novembro de 2025, o juiz Eduardo Sávio Busanello argumentou que a Cotribá, embora juridicamente distinta de uma empresa, opera com porte, faturamento e estrutura equivalentes às grandes corporações do agro e que, portanto, mereceria acesso a instrumentos típicos da atividade empresarial. A tutela concedida suspendeu execuções, bloqueios e cobranças por 60 dias, dando fôlego ao caixa e permitindo que a cooperativa reorganizasse suas dívidas bilionárias.

O magistrado acolheu essa tese e, afastando o formalismo da lei, aplicou por analogia os mecanismos da recuperação judicial, invocando princípios como a preservação da empresa e a função social da atividade econômica — aqueles que, na prática, parecem servir tanto para justificar decisões inovadoras quanto para críticas por suposta elasticidade interpretativa.

Se, por um lado, a medida foi celebrada como forma de evitar um colapso que poderia arrastar produtores, funcionários e

fornecedores, por outro, reacendeu o debate sobre ativismo judicial, insegurança jurídica e incentivos potencialmente perversos. Afinal, cooperativas sempre estiveram fora do alcance da RJ por determinação legal, e flexibilizar essa barreira pode gerar efeitos inesperados em outros estados.

Em um contexto de seca, quebras de safra e oscilações violentas de preços, fenômenos frequentes no Centro-Oeste, o Judiciário pode ser acionado tanto como instrumento de sobrevivência quanto como ferramenta estratégica de renegociação. Para Mato Grosso, isso pode representar, simultaneamente, uma rede de proteção em momentos críticos e uma nova camada de incerteza no já complexo ambiente de crédito do agronegócio.

O “Efeito Cotribá” não é apenas um debate jurídico: é um sinal de que o mapa de riscos do agronegócio está mudando. Se decisões semelhantes começarem a se replicar, Mato Grosso pode se tornar palco dos próximos capítulos dessa história, seja como protagonista de soluções emergenciais, seja como vítima da insegurança que precedentes ousados podem gerar.

No fim, o caminho dependerá de como o Judiciário brasileiro lidará com esse novo

“campo minado”: criativo o suficiente para oferecer soluções inéditas, mas perigoso demais para ser pisado sem cautela.

Foto Divulgação



Felipe Iglesias é advogado e especialista em Direito Empresarial, à frente do Iglesias Advogados, referência no Mato Grosso em recuperação litigiosa de créditos em recuperação judicial

EDITORIAL

Um Natal de reflexão e esperança para o Novo Ano

O Natal é um momento de celebração, mas também de reflexão. Em meio à troca de presentes, à alegria das confraternizações e à beleza das luzes que iluminam nossas cidades, é importante lembrar do verdadeiro significado desta data: o nascimento de Jesus Cristo, símbolo de amor, esperança e renovação. A celebração do Natal nos convida a olhar para o próximo com mais generosidade, empatia e gratidão, reavivando em nós o espírito de solidariedade e união.

Este ano, mais do que nunca, a mensagem de Natal ressoa como um lembrete da importância dos pequenos gestos. O mundo tem enfrentado desafios significativos, desde crises de saúde pública a questões econômicas e ambientais. No entanto, é justamente em momentos de dificuldade que a humanidade tem a capacidade de se unir e demonstrar sua força. O Natal é, acima de tudo, um convite para sermos melhores uns com os outros, para estendermos a mão àqueles que mais precisam e para celebrarmos as pequenas vitórias que tornam a vida mais significativa. É também um tempo para agradecer. Agradecer pelas conquistas do ano que passou, pela saúde, pelas amizades, pelo apoio da família e pela resiliência diante das adversidades. O Natal nos lembra que, por mais desafiador que tenha sido o ano, sempre há motivos para gratidão.

O Ano Novo que se aproxima traz consigo uma nova oportunidade para recomeços e renovação.

2025 é uma página em branco, pronta para ser escrita com novas histórias de sucesso, superação e aprendizagem. É o momento ideal para refletirmos sobre nossos sonhos, nossas metas e nossos projetos, mas também sobre nossas atitudes e valores. O que queremos para o próximo ano? Como podemos contribuir para um mundo mais justo e mais solidário? Como podemos cuidar melhor de nós mesmos e dos outros?

A virada do ano é uma oportunidade para fazer um balanço pessoal, mas também um convite para olhar para o futuro com otimismo. A verdadeira prosperidade vai além dos bens materiais. Ela está na construção de relações saudáveis, no cuidado com o meio ambiente, no cultivo da paz interior e na contribuição para a coletividade. É um ano novo que nos desafia a sermos mais conscientes, mais responsáveis e, acima de tudo, mais humanos. Aos nossos leitores, desejamos um Natal repleto de amor e união, onde as diferenças sejam celebradas e a fraternidade seja o verdadeiro presente. Que o ano novo traga a todos saúde, felicidade e muitas oportunidades para continuar crescendo, aprendendo e realizando sonhos. Que em 2025, possamos dar mais valor às pequenas coisas, ao tempo com os nossos entes queridos e à generosidade que transforma vidas. Que possamos cultivar a paz, o respeito e a esperança, fazendo do novo ano um capítulo de renovação e prosperidade para todos.

Feliz Natal e um próspero Ano Novo!



EXPEDIENTE

PAUTA
REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM
ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DIRETOR
MAIKON MILAS

DEPTO. COMERCIAL
(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CENTRO OESTE
Popular26
ANOS

CIRCULAÇÃO
CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

ABÍLIO BRUNINI - PREFEITO DE CUIABÁ | Redação

“Quem prometeu ajudar a regularizar, não cumpriu. Fiquei só com a conversa”

Em meio à crise habitacional crescente e a polêmica envolvendo áreas invadidas em Cuiabá, o prefeito Abílio Brunini concede entrevista. Durante a conversa, ele aborda a regularização das áreas invadidas, a parceria com o Governo do Estado e as dificuldades enfrentadas pelo município na busca por soluções habitacionais.

Brunini também comenta a falta de ação da gestão anterior no enfrentamento da questão, a promessa de emendas federais para resolver parte do problema e os desafios de lidar com a população que, apesar de ocupar essas áreas há anos, ainda não encontrou uma solução definitiva. Abaixo, confira a entrevista na íntegra.

“A Prefeitura de Cuiabá não tem mais como esperar, precisamos tomar decisões difíceis para resolver a crise de moradia.”

COPopular- Considerando que a invasão ocorreu há três anos e que construções já estão consolidadas, qual será a estratégia do município para regularizar ou desocupar a área sem gerar conflitos?

Abílio Brunini- Quando uma invasão começou em Cuiabá, a Polícia Militar e a Prefeitura não impediram a ocupação, apesar de terem a obrigação de agir. O prefeito na época, Emanuel, também não tomou providências. Com o passar de três anos, construções já foram consolidadas no local, e agora surge a discussão sobre retirá-las. O governador Mauro Mendes e outros políticos da época foram omissos ou tiveram envolvimento indireto, segundo registros de vídeos e denúncias. A Polícia Militar tinha o dever de agir, e investigações sobre crimes relacionados, como o assassinato de João Pinto, precisam ser conduzidas pelo Estado.

O prefeito atual afirmou que é contra invasões, mas diante da omissão histórica e do tempo decorrido, buscará uma solução legal, ainda que difícil, para a situação consolidada no local.

COPopular- Com a atual falta de políticas habitacionais em Cuiabá e a crescente demanda por moradia, o senhor acredita que a parceria entre Prefeitura e Governo do Estado pode ser a solução para resolver a crise habitacional, ou ainda há outros caminhos a serem explorados para atender a população de forma eficaz?

Abílio Brunini- O município de Cuiabá falhou na questão habitacional. Atualmente, temos mais de 30 mil pessoas sem moradia, muitas delas mulheres chefiando famílias. Nos últimos oito anos, não houve programas de habitação eficazes, e as poucas entregas de casas foram resultado de processos judiciais. A cidade precisa de um programa de habitação voltado para a doação de lotes e construção de casas.

Se a Prefeitura e o Governo do Estado se unirem em um programa habitacional, será possível reduzir as invasões e evitar que cidades do interior do estado enfrentem problemas semelhantes. O Governo do Estado já possui o programa Ser Família Habitação, que poderia ser integrado a iniciativas como o Minha Casa Minha Vida, garantindo melhores condições de moradia para as famílias de Mato Grosso.

COPopular- O senhor mencionou que a venda de áreas próximas ao aeroporto Bom Futuro será usada para regularizar a área e gerar receita para o município. Caso não haja acordo com as famílias que ocupam essas terras, como o senhor planeja garantir uma solução justa para todos os envolvidos?

Abílio Brunini- A área do Contorno Leste possui três ou quatro propriedades. O dinheiro necessário virá da venda de nossas áreas. Estamos vendendo terrenos próximos ao aeroporto Bom Futuro, com o objetivo de regularizar a área do aeroporto. A receita obtida será destinada ao município, e os valores dessas áreas serão depositados em juízo. Caso as famílias que ocupam essas áreas queiram negociar, vamos dialogar. Se não houver acordo, o valor será depositado em juízo, regularizaremos a área e, posteriormente, resolveremos a situação.

COPopular- O ministro Carlos Fávaro ofereceu ajuda financeira para a regularização dessa área. O senhor pretende aceitar essa oferta para viabilizar o processo?

Abílio Brunini- Então, olha, o Carlos Fávaro, o Wilson e outros deputados falaram que vão enviar emendas. Essas emendas são alocadas neste ano, mas só cairão na conta da Prefeitura no ano que vem, após junho. Ou seja, não vão ajudar muito na regularização das áreas nem na desocupação. Mas, se vierem, poderão ser usadas para infraestrutura, alimentação, saneamento, água e outras melhorias. Agora, temos que esperar que elas cheguem. Até o momento, não recebemos um centavo do ministro Carlos Fávaro, do Wilson Santos, ou de qualquer outra pessoa. Espero que as emendas realmente cheguem, e que outros deputados e senadores também se mobilizem para ajudar.

COPopular- O senhor não teme que essa decisão da Prefeitura, ao regularizar essas áreas, possa abrir um precedente perigoso para futuras invasões em Cuiabá? Qual é a sua estratégia para evitar que esse tipo de situação se repita?

Abílio Brunini- Se a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso deixar ocorrer novas invasões, se a Polícia Militar do Estado não impedir após as invasões acontecerem, se a Ordem Pública de Cuiabá não tiver forças pra impedir que a invasão continue aconte-



cendo, aí sim vamos ter que fazer algo acontecer. Agora, se a Polícia Militar for eficiente na retirada dentro de 24 horas, como é a tolerância é zero, 24 horas, retirar todo início de invasão e também a Ordem Pública do município de Cuiabá tiver essa prontidão pra em 24 horas, 48 horas, a gente tirar todo tipo de invasão, essas invasões não vão acontecer. Agora, já passou três anos, aí não dá pra fazer.

COPopular- Prefeito, o senhor pretende envolver os vendedores nesse novo projeto de regularização, como foi o caso da partida da Contorno Leste, para evitar a insatisfação gerada pela falta de participação deles nesse processo?

Abílio Brunini- Então, eu pretendo chamá-los, mas você percebeu que foi uma reunião tensa durante este fim de semana, né? A fala foi em cima da hora, mas a decisão não. Foi uma das decisões mais difíceis que tomei. A fala veio de última

hora, mas a decisão já estava no meu coração há muito tempo. Eu já havia expressado meu interesse em regularizar a área aqui na Câmara Municipal no início do mandato, mas na época não tínhamos recursos nem sabíamos de onde viriam. Todos que prometeram ajudar, não cumpriram. Ficou apenas na conversa. Muitas vezes, temos dificuldades, não temos recursos, as pessoas prometem, falam que vão mandar e, no fim, não mandam.

TÔ DE FERIAS

HOTEL MATO GROSSO
AGUAS QUENTES

FAÇA SUA RESERVA
(65) **3614.7500**

JUSTIÇA E SEGURANÇA | Maykon Milas

Após cumprir pena, João Arcanjo volta ao centro de controvérsias e questiona rigor da Justiça

Defesa alega “perseguição institucional”, enquanto autoridades afirmam que histórico criminal exige vigilância reforçada

Foto Divulgação

Mesmo após cumprir a maior parte de suas penas e responder em liberdade, o empresário João Arcanjo Ribeiro, personagem central de alguns dos casos criminais mais emblemáticos de Mato Grosso desde a década de 1990, voltou a ocupar espaço no debate público. Agora idoso e longe dos holofotes que marcaram sua trajetória, o ex-“Comendador” tenta reconstruir a vida, mas seus advogados afirmam que ele ainda enfrenta o que chamam de “excessos de fiscalização” e tentativas de mantê-lo sob suspeita permanente, mesmo após decisões judiciais favoráveis.

Condenado por crimes como lavagem de dinheiro e organização criminosa, Arcanjo passou anos no sistema penitenciário e teve progressão de regime conforme prevê a legislação penal brasileira. Para sua defesa, no entanto, o estigma do passado segue determinando a forma como instituições o tratam. Advogados afirmam que iniciativas judiciais e investigações recentes não se baseiam em fatos novos e alimentam uma “visão cristalizada” sobre o empresário. Eles também apontam que pedidos de revogação de medidas restritivas ou de arquivamentos demorariam mais do que o padrão, reforçando uma sensação de vigilância constante.

“Cumprir a pena é o que a lei exige. Após isso, qualquer cidadão deve ter garantidos seus direitos e sua presunção de inocência. O que vemos é uma insistência em manter João Arcanjo preso ao seu passado”, argumentou um dos representantes legais.

Do outro lado, integrantes do Ministério Público e do Judiciário rebatem a tese de perseguição. Para as autoridades, o rigor aplicado nos casos envolvendo Arcanjo segue parâmetros legais e se justifica pelo histórico criminal e pela complexidade das investigações às quais ele respondeu ao longo de décadas. Segundo fontes do sistema de Justiça, novas apurações só são abertas quando surgem indícios concretos, e não por motivação pessoal ou política. “Não se trata de perseguição, mas de cumprimento do dever institucional. O passado não pode ser ignorado, e a lei prevê tratamento diferenciado a réus reincidentes ou envolvidos em crimes de alta complexidade”, afirmou um servidor com experiência na área criminal.

Na opinião pública, João Arcanjo continua sendo uma figura que divide percepções. Parte da sociedade defende que ele já foi punido e deve ter o direito de seguir sua vida sem interferências indevidas.



Consultado pelo Jornal Centro-Oeste Popular João Arcanjo Ribeiro está sofrendo perseguição jurídica.

Outra parte considera que seu histórico justifica atenção redobrada das autoridades e mecanismos de controle mais rígidos. Especialistas avaliam que o caso expõe um debate recorrente no sistema penal brasileiro: até que ponto a ressocialização é possível, como garantir direitos individuais após o cumprimento da pena e qual é o limite do rigor estatal para preservar a segurança pública sem ultrapassar garantias legais.

PAGAMENTOS VOLUMOSOS | Maykon Milas

Transações de R\$ 50 milhões entre Log Lab e Prefeitura de Cuiabá são alvo de investigação da Polícia Federal

A Polícia Federal apura contratos e movimentações financeiras suspeitas envolvendo a empresa Log Lab Inteligência Digital Ltda

Foto Divulgação

A Polícia Federal está investigando contratos e movimentações financeiras suspeitas entre a empresa Log Lab Inteligência Digital Ltda. e a Prefeitura de Cuiabá, com foco na Secretaria Municipal de Saúde. O inquérito aponta para pagamentos volumosos à empresa, transferências atípicas para pessoas físicas ligadas a servidores municipais e a possibilidade de pagamentos por serviços não prestados. As apurações já resultaram em ações de busca e apreensão e fazem parte de operações federais que investigam possíveis desvios de recursos e lavagem de dinheiro.

A Log Lab prestou serviços tecnológicos à Prefeitura de Cuiabá entre 2017 e outubro de 2022, período em que, segundo a investigação da Polícia Federal, a empresa recebeu cerca de R\$ 52.845.141,64. Desse valor, aproximadamente R\$ 13.781.348,64 teriam origem em recursos federais. O contrato com a Prefeitura foi prorrogado e reajustado diversas vezes, mas o processo administrativo que formalizou essas contratações teria apresentado falhas, o que facilitou possíveis irregularidades.

A Polícia Federal, como parte das investigações, realizou operações de busca e apreensão, incluindo a chamada

Operação Iterum e Operação Miasma, para reunir documentos e materiais que possam sustentar a análise sobre a legalidade dos contratos e a destinação dos pagamentos realizados pela Prefeitura à Log Lab.

Entre os principais apontamentos do inquérito, destaca-se a transferência de R\$ 176.000,00 da Log Lab para a conta de Carine/ Karine Luckmann, esposa do então secretário municipal de Saúde, entre janeiro de 2018 e junho de 2020. A Polícia Federal considera essas transações um indício de possível desvio ou lavagem de dinheiro. Além disso, foram questionados pagamentos realizados à Log Lab por serviços de software, no valor de R\$ 8.036.206,37, que, segundo auditorias internas e da Controladoria Geral da União (CGU), não foram devidamente comprovados como efetivamente prestados. Também foram identificadas operações financeiras atípicas, como cheques fracionados e repasses a pessoas próximas a servidores municipais, práticas comuns em investigações sobre lavagem de dinheiro. A Log Lab se defendeu, publicando uma nota oficial negando qualquer irregularidade e afirmando que todos os seus serviços foram prestados de forma legal, com a devida comprovação.

A empresa também mencionou pareceres administrativos que, em momentos distintos, afastaram as acusações de falhas nos processos contratuais. No entanto, os órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União e a Polícia Federal, indicaram que havia problemas nos processos de fiscalização. Entre 2017 e 2022, a Log Lab recebeu aproximadamente R\$ 52,8 milhões da Prefeitura de Cuiabá, sendo R\$ 13,8 milhões provenientes de recursos federais. A investigação aponta que uma parte significativa desses pagamentos pode ter sido feita por serviços cuja efetiva prestação não foi comprovada. No momento, a investigação segue em andamento. A Polícia Federal ainda realiza as diligências necessárias, e as ações de busca e apreensão podem levar a indiciamentos e a ações penais, caso sejam encontradas evidências suficientes. A defesa da empresa poderá apresentar provas para contestar as acusações. Além disso, novos desdobramentos administrativos podem ocorrer, com a realização de novas auditorias e investigações sobre possíveis irregularidades na gestão pública. A situação ainda está longe de uma decisão final, mas as investigações podem resultar em ações civis por improbidade administrativa e outros desdobramentos jurídicos.



O empresário Fernando Fernandes dono da empresa Log Lab é investigado pela Polícia Federal

DESTAQUE | Maykon Milas

Virginia Mendes se consolida como referência social em MT e desponta com potencial político para 2026

Primeira-dama de Mato Grosso se destaca por ações sociais e já é apontada como possível candidata à Câmara em 2026, com forte apoio popular e político

Foto Divulgação

Virginia Mendes, esposa do governador de Mato Grosso, tem se destacado como uma das figuras mais atuantes no campo social do estado, especialmente em ações voltadas para famílias vulneráveis, crianças, mulheres vítimas de violência, idosos, pessoas com deficiência e comunidades indígenas. Com uma trajetória marcada por superação pessoal e compromisso com o acolhimento, ela construiu sua visibilidade social antes mesmo de assumir qualquer projeto político formal.

Sob sua liderança, o programa SER Família se tornou referência em Mato Grosso, oferecendo apoio direto a diversos públicos em situação de vulnerabilidade. A iniciativa ganhou reconhecimento pela abrangência e pelos resultados concretos, com entregas de benefícios, mobilidade assistencial e participação em inaugurações de programas habitacionais e sociais. Autoridades locais destacam que o trabalho de Virginia Mendes “muda a realidade” em municípios onde as ações são desenvolvidas, refletindo impacto real na vida das pessoas atendidas. Além do destaque social, Virginia Mendes começa a ser vista como possível candidata a deputada federal nas eleições de 2026.

Pesquisas recentes indicam que ela desponta como favorita na região da Baixada Cuiabana. Seu potencial eleitoral se baseia na alta visibilidade e reputação construída com o SER Família, no apoio político e institucional, na capilaridade das ações pelo interior do estado e na imagem de renovação e empatia que projeta junto à população.

No entanto, desafios também se apresentam. A ainda não oficialização da candidatura gera incerteza, e parte do eleitorado pode questionar a transição de ativismo social para atuação legislativa, cobrando propostas concretas e experiência política para além da função assistencial. Mesmo assim, aliados e líderes políticos consideram Virginia Mendes uma “puxadora de votos”, capaz de unir credibilidade, engajamento social e legitimidade popular, caso decida disputar uma vaga na Câmara dos Deputados.

Por enquanto, Virginia mantém o foco em suas ações sociais e na família, mas seu nome segue em evidência, fortalecendo uma imagem de compromisso com causas sociais e atenção às necessidades da população de Mato Grosso.



Compromisso social e atenção às causas populares marcam a atuação de Virginia Mendes em Mato Grosso

ATUAÇÃO INTENSA | Maykon Milas

Beto Dois a Um aposta em trabalho social e produção legislativa para consolidar mandato

Parlamentar prioriza educação, cultura e esportes enquanto mantém agenda ativa em municípios de Mato Grosso

Foto Divulgação

Alberto Machado, mais conhecido como Beto Dois a Um, deputado estadual eleito pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) nas eleições de 2022 com 26.462 votos, vem se destacando por sua atuação voltada à cultura, esporte e políticas sociais. Antes de assumir o mandato, Beto acumulou experiência como secretário municipal em Cuiabá e, posteriormente, como secretário estadual de Cultura, Esporte e Lazer, além de ter trajetória como empresário, cantor, triatleta, cristão e pai de família, características que influenciam seu estilo de atuação: prático, mobilizador e atento às demandas comunitárias.

Desde o início do mandato, o parlamentar enfatiza a defesa de cultura e esporte, mas mantém compromisso com áreas estruturais como saúde, educação, infraestrutura e assistência social, com enfoque municipalista. Em 2023, Beto apresentou 352 proposições, realizou mais de 1.400 atendimentos em gabinete e visitou 41 municípios, além de representar a Assembleia em viagem internacional.

Ele também preside a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto da ALMT, fortalecendo sua atuação em áreas centrais de sua plataforma e propondo a institucionalização de pautas de esporte e cultura.

A proximidade com a população é outro ponto marcante da atuação de Beto Dois a Um. Durante e após a campanha, o deputado manteve encontros com lideranças comunitárias em municípios como Cáceres, promovendo diálogo, escuta ativa e apresentação de propostas. Esse contato direto, aliado à experiência prévia na administração pública e à visibilidade conquistada em cultura e esporte, fortalece sua base de apoio e projeta um caminho favorável para a reeleição.

O desafio agora é equilibrar múltiplas demandas, manter coerência entre discurso e prática e garantir resultados concretos em um cenário político e social complexo, consolidando sua trajetória de médio e longo prazo na ALMT.



Com experiência em secretarias municipais e estaduais, deputado alia produção legislativa e proximidade com a população

QUE O FRUTO E O BRILHO DO
NOSSO TRABALHO CONTINUEM
REFLETINDO UNIÃO, SUCESSO.
E PROSPERIDADE



FELIZ NATAL E UM ANO NOVO RELUZENTE!


fomentas
MINING COMPANY

CONCURSOS PÚBLICOS | Maykon Millas

Milhares de aprovados ficam sem assumir cargos enquanto bancas lucram milhões

A distância entre aprovação e posse expõe falhas estruturais nos concursos e a necessidade de maior transparência

Foto Divulgação

Os concursos públicos seguem sendo a principal porta de entrada para o serviço público no Brasil. A estabilidade, os benefícios e a perspectiva de carreira atraem milhões de candidatos todos os anos. No entanto, cresce o descontentamento entre aqueles que conseguem aprovação e habilitação, mas não são convocados dentro do prazo de validade dos certames — uma situação que gera frustração, prejuízo financeiro e sensação de injustiça.

O problema não é isolado. Muitos concursos oferecem vagas a quem da real necessidade dos órgãos, formam longos cadastros de reserva sem garantia de convocação ou têm nomeações parciais mesmo diante de aposentadorias e vacâncias. Para os candidatos, o esforço investido em horas de estudo, cursos preparatórios e materiais didáticos muitas vezes não se traduz na posse do cargo.

Alguns chegam a mudar de cidade, solicitar empréstimos ou deixar empregos confiando na chamada que, muitas vezes, nunca ocorre.

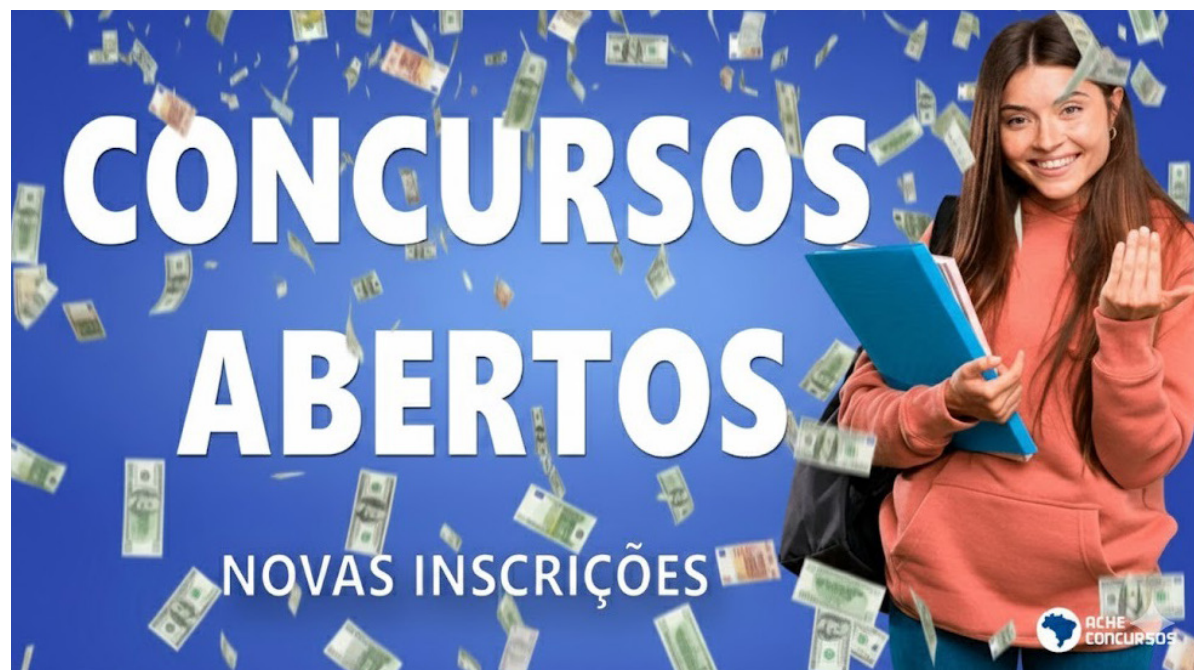
A indignação se agrava quando órgãos públicos recorrem a contratos temporários ou terceirizados para funções já previstas nos concursos. Em fóruns de concurseiros, relatos de desapontamento são recorrentes: “A gente acredita que ser aprovado é o final da luta, mas a realidade é que a aprovação não garante a nomeação. É devastador”, afirma um participante.

Enquanto isso, as bancas organizadoras de concursos lucram cifras milionárias com as inscrições. Taxas que variam entre R\$ 50 e R\$ 350 por candidato podem gerar arrecadações de R\$ 2 a R\$ 30 milhões, dependendo do porte do

certame, com custos operacionais relativamente baixos. Esse cenário reforça a discussão sobre responsabilidade social e transparência na realização dos concursos.

O impacto nos candidatos vai além do financeiro. Muitos relatam abalos emocionais, ansiedade e insegurança quanto ao futuro, além de prejuízos à vida profissional e pessoal. Especialistas em direito administrativo explicam que aprovados dentro do número de vagas têm direito líquido e certo à nomeação, e aqueles fora das vagas podem recorrer judicialmente quando há contratação temporária para a mesma função.

Ainda assim, o caminho jurídico costuma ser lento e desgastante. Movimentos de concurseiros e especialistas defendem mudanças estruturais: editais mais



Lucros milionários das bancas contrastam com candidatos habilitados que permanecem sem assumir cargos públicos

transparentes, número de vagas compatível com a demanda, fim de concursos apenas para cadastro de reserva e fiscalização do uso do dinheiro arrecadado pelas bancas.

Para eles, o concurso público deve ser tratado como política de Estado, e não como produto comercial com lucro garantido para institutos organizadores.

A realidade é clara: milhões de aprovados continuam à espera de uma convocação que muitas vezes não ocorre, enquanto os concursos seguem gerando lucro e expectativa.

Sem ajustes na legislação e maior compromisso das instituições, o caminho para o serviço público continuará marcado pela frustração e pelas expectativas não cumpridas, mesmo para aqueles que conquistaram a aprovação.

É assim
que o
NOSSO

trabalho
chega até
você.

GARANTIR O FIM DOS LIXÕES E O ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso está atuando junto aos municípios, fiscalizando recursos e buscando soluções para garantir o cumprimento do Marco Legal do Saneamento e levar mais qualidade de vida para todos.

Accesse os canais e acompanhe o nosso trabalho.

TCEMatoGrosso

tce
mt

Conecte-se conosco nas redes sociais e faça parte dessa transformação! almt.gov.br | [@assembleiamt](https://www.instagram.com/assembleiamt) | [FaceALMT](https://www.facebook.com/FaceALMT) | Canal 30.1 | TVAssembleiaMT | 89,5 fm



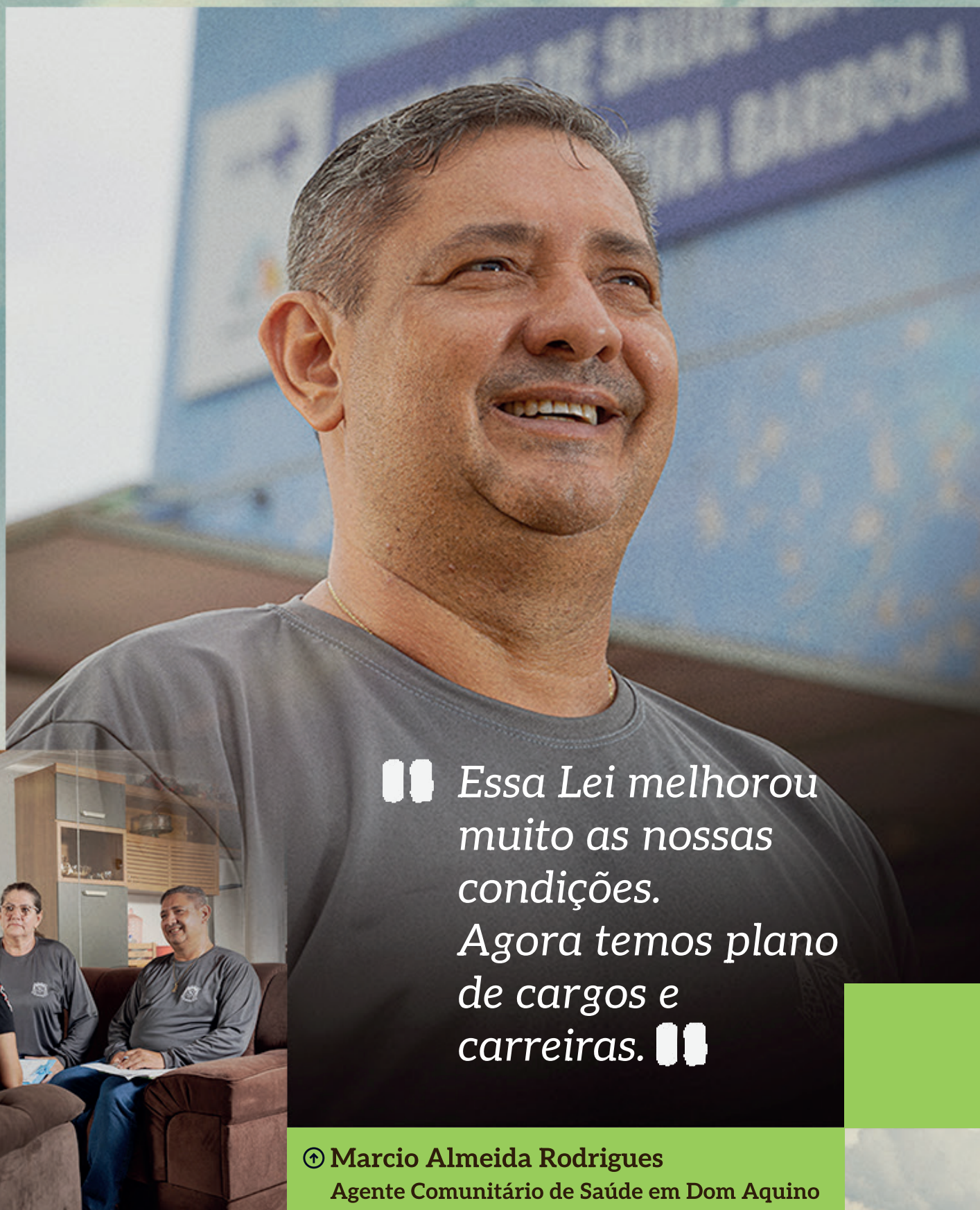
ALMT

Assembleia Legislativa

EM CADA REGIÃO, A SERVIÇO DO CIDADÃO

Com o nosso trabalho, **o Marcio e os mais de 8 mil agentes de saúde e endemias do Estado agora têm uma carreira regulamentada, com todos os direitos garantidos.**

É a ALMT presente em cada canto, transformando a vida de todos.



DMD

Essa Lei melhorou muito as nossas condições. Agora temos plano de cargos e carreiras.

📍 **Marcio Almeida Rodrigues**
Agente Comunitário de Saúde em Dom Aquino

A Câmara Setorial Temática (CST) e a Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias foram iniciativas da ALMT que garantiram conquistas a esses profissionais.



Confira as ações da ALMT nos quatro cantos do nosso estado.